



GREVE DOCENTE FEDERAL

Docentes Federais deflagram greve por orçamento, reajuste, carreira, revogação e aposentadoria

Págs. 6 e 7



Docentes das Iees, Imes e Ides lutam por recomposição salarial e carreira

Págs. 4 e 5

Internacional: Revolução dos Cravos completa 50 anos em meio a ascenso da extrema direita em Portugal

Pág. 12

Este InformANDES é publicado em uma conjuntura marcada pelo acirramento das lutas em defesa da educação. Apesar das tentativas de diferentes governos de aprofundarem políticas de cortes e precarização dos serviços públicos, técnicos administrativos da educação, estudantes e docentes em todo o país, e internacionalmente, estão mostrando que só a luta pode arrancar conquistas favoráveis para a classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, destacamos a construção da greve unificada da Educação Federal que deu um salto importante com a deflagração de greves em universidades, institutos federais e Cefets em todo o país, especialmente a partir da segunda quinzena de abril. No final de abril, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN registava mais de 39 instituições em greve e 11 com deflagração prevista.

Graças ao movimento paredista, o governo realizou pequenas concessões, mas ainda manteve a vergonhosa proposta de reajuste de 0% para 2024. A abertura da mesa de negociações com o MEC, reivindicação do ANDES-SN apresentada desde o dia 02 de janeiro de 2023, também foi uma conquista da greve. No entanto, o atual ministro

continua sem receber as entidades da Educação Federal e não apresentou qualquer resposta significativa sobre a pauta protocolada e atualizada em diferentes ocasiões entre 2023 e 2024. Infelizmente, o governo não dá sinais de buscar superar os retrocessos impostos pela extrema direita. É por isso, que a greve é necessária neste momento.

A postura inflexível e truculenta de Camilo Santana no MEC não é uma novidade. O movimento docente no Ceará sofreu com seus ataques, que ainda perduram. O governador Elmano de Freitas (PT), herdeiro de Camilo Santana, tem respondido com duras medidas repressivas não apenas contra o movimento grevista, mas contra entidades e dirigentes que organizam uma forte greve das universidades estaduais do Ceará. O ANDES-SN vem apoiando a legítima luta de docentes das universidades Estadual do Ceará (Uece), do Vale do Acaraú (UVA) e da Regional do Cariri (Urca), assim como as seções sindicais que nelas atuam. Também nos estados de Minas Gerais e Goiás há lutas em curso que enfrentam tentativas de criminalização por parte de governos.

Todas as lutas são por reposições de perdas salariais, garantia de condições de trabalho e reversão de cortes que

estão inviabilizando o funcionamento das instituições de educação superior. Esta pauta comum aproxima não apenas professoras e professores em todo o país, mas internacionalmente. Na Argentina, a maior manifestação contra ataques do governo de extrema direita de Javier Milei foi justamente a Marcha Universitária Nacional defendendo uma pauta semelhante à do movimento docente no Brasil. Por isso, o ANDES-SN manifesta sua solidariedade com trabalhadoras e trabalhadores da educação na Argentina que ocupam as ruas para defender o mesmo projeto de educação pública, gratuita e de qualidade que historicamente construímos.

Neste InformANDES, no mesmo mês em que se completaram 60 anos do golpe que instituiu a ditadura empresarial-militar, discutimos não apenas os impactos sobre a educação, mas o que restou da ditadura na educação e a centralidade das ações por verdade, memória, justiça e reparação. Também destacamos como a “herança maldita” do golpe está viva na atuação de milícias que assolam as vidas e o cotidiano da classe trabalhadora. Por fim, também celebramos a memória dos 50 anos da Revolução dos Cravos, a qual foi decisiva para a redemocratização em Portugal.

É GREVE!

É GREVE!

Orçamento • **Reajuste** • **Carreira** • Revogaço • Aposentadoria

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Argentina: milhares vão às ruas em defesa das universidades públicas

Foto: CONADU Histórica



No último dia 23 de abril, aproximadamente um milhão de pessoas foi às ruas em diversas cidades na Argentina, em defesa das universidades públicas e contra os cortes nos recursos da Educação. A Marcha Universitária Nacional foi a maior manifestação registrada até o momento no governo de Javier Milei, que assumiu a presidência do país em dezembro do ano passado.

Desde o começo do ano, diversas categorias têm realizados greves gerais, paralisações e manifestações para denunciar os ataques do governo de extrema direita às condições de vida e trabalho da população, retirada de direitos e aumento da inflação e da pobreza.

Marcha histórica

Na capital, Buenos Aires, foram contabilizadas mais de 800 mil pessoas no ato convocado pela Frente Sindical das Universidades Nacionais - composta por diversas entidades sindicais de docentes (incluindo a Conadu Histórica), trabalhadoras e trabalhadores administrativos e estudantes. O protesto partiu do Congresso Nacional em direção à Plaza de Mayo, onde fica a Casa Rosada, sede do Poder Executivo. No local, foi lido o documento "A universidade pública: base da democracia e desenvolvimento social".

"A universidade pública Argentina atravessa um período crítico como consequência das políticas implementadas pelo governo nacional. Nós agradecemos as manifestações da sociedade em apoio ao sistema universitário público e convocamos os cidadãos para que trabalhem para sustentar universidades abertas fazendo ensino, pesquisa e

extensão. As universidades públicas são uns dos motores da democracia, da produção e dos laços sociais", diz um trecho da carta.

"A educação nos salva e nos liberta. Nós convocamos a sociedade argentina para defendê-la", finalizou o documento da Frente Sindical das Universidades Nacionais, da Federação Universitária Argentina (FUA) e do Conselho Interuniversitário Nacional (CIN).

Reivindicações

Docentes, técnicas, técnicos e estudantes das universidades argentinas reivindicam aumento do orçamento das instituições, a recomposição salarial, a restituição e o pagamento do Fundo de Incentivo Docente (Fonid), que foi extinto por decreto governamental em 26 de março, e que representava entre 10% e 14% dos salários dos trabalhadores e das trabalhadoras da Educação.

Além disso, fazem parte da pauta, reivindicações como a atualização das bolsas

de apoio à permanência estudantil, estabelecimento de negociações contínuas e a revogação do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 70/2023, conhecido como "decretaço", que ameaça os direitos trabalhistas, facilitando demissões e tornando-as menos custosas.

Também são destacadas a urgência na atualização previdenciária e a defesa dos fundos de emergência para os serviços de saúde. As e os manifestantes protestaram ainda contra a crescente inflação, a pobreza, as demissões e a insegurança no trabalho. As 57 universidades públicas argentinas incluem mais de dois milhões de estudantes no sistema público e contam com o trabalho de cerca de 60 mil docentes.

O ANDES-SN divulgou nota em apoio e solidariedade à luta em defesa do sistema educativo público na Argentina. A diretoria do Sindicato Nacional ressalta que, em um contexto de ataques que colocam em risco a própria existência do sistema educativo público, a sociedade argentina se mobiliza demonstrando para o governo que não aceita a destruição das universidades e das instituições de ciência, tecnologia e cultura.

"O ANDES-SN, que tem em sua história a luta constante em defesa da educação pública e das instituições federais de ensino, se solidariza com a sociedade argentina neste momento de enfrentamento a um governo que tem demonstrado seu desprezo pelas instituições públicas, pela ciência e pela cultura, pelo(a)s trabalhadore(a)s e pelos processos democráticos", afirma a nota.

**Com informações da Conadu Histórica, La Izquierda Diario e Universidade de Buenos Aires (UBA)*



Foto: CONADU Histórica

Docentes das universidades estaduais, municipais e distrital lutam por recomposição salarial e carreira



Docentes de diversas universidades estaduais, municipais e distrital do país estão em luta nesses primeiros meses de 2024 por melhores carreiras, condições de trabalho, recomposição salarial, entre outros direitos.

No Ceará, docentes das universidades Estadual do Ceará (Uece), do Vale do Acaraú (UVA) e da Regional do Cariri (Urca) deflagraram greve no mês de abril por reajuste salarial de 35,7%, melhores condições de trabalho, realização de concursos públicos e convocação do cadastro reserva, além de melhorias e reformas na infraestrutura das universidades, garantia do direito do restaurante universitário (RU) às e aos estudantes, entre outras reivindicações. Diversos atos e mobilizações estão ocorrendo neste período.

Em Minas Gerais, docentes das universidades do Estado de Minas Gerais (Uemg) e da Estadual de Montes Claros (Unimontes) cobram recomposição salarial, melhores condições de trabalho e o cumprimento do orçamento previsto para as instituições na Constituição Estadual. Além disso, pautam questões específicas, como o cumprimento da carga horária docente nas unidades e sua natureza específica de trabalho, recessos de meio e final de ano, realização

de concursos e editais nas unidades, entre outros. Nesta situação, docentes da Uemg decidiram em assembleia geral realizada em 29 de abril deflagrar greve para defender seus direitos.

Em Goiás, as e os docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) continuam na luta por mudanças no plano de carreira e nas progressões, que estão represadas desde 2018. Mesmo com a judicialização da greve em 6 de março, as professoras e os professores da UEG permanecem mobilizados e tentam negociar com o governo de Goiás, que tem respondido à pauta com morosidade. Alguns pontos da pauta avançaram, como as progressões represadas, que serão destravadas e o enquadramento será realizado no novo modelo do plano de carreira. Outro avanço é em relação ao acesso ao Regime de Tempo Integral de Dedicção à Docência e à Pesquisa (RTIDP), jornada de trabalho de 40 horas semanais, que será em fluxo contínuo e a pedido da e do docente.

No Piauí, professoras e professores da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) encerraram uma greve vitoriosa no mês de março, após a categoria conquistar ganhos importantes para o conjunto da comunidade acadêmica da universidade. Esses ganhos incluem o pagamento de 45 dias de férias, auxílio para compra de equipamentos tec-

nológicos, ampliação de bolsas e auxílio também para estudantes da graduação e da pós-graduação, além do pagamento dos pontos cortados.

A defasagem salarial para as professoras e os professores das universidades estaduais do Rio de Janeiro é uma dura realidade. No dia 11 de abril, em unidade com outras categorias do funcionalismo público, docentes saíram às ruas para denunciar a falta da recomposição salarial acordada ainda em 2021 com o governador Cláudio Castro (PL).

No Paraná, a mobilização continua pela reposição salarial e em defesa da carreira docente. No dia 12 de abril, ocorreu o III Seminário Estadual "Não à Lei Geral das Universidades (LGU)", em Cascavel (PR). O evento analisou os efeitos da LGU sobre a autonomia universitária, o trabalho docente e o risco de fechamento de cursos nas universidades estaduais paranaenses.

As e os docentes da Universidade de Gurupi (Unirg), no Tocantins, continuam na luta contra a aprovação da Proposta de Emenda 04, que altera a Lei Orgânica do Município e ameaça a autonomia universitária e o processo de escolha de dirigentes da instituição. Em 22 de abril, a comunidade da Unirg saiu às ruas da



cidade com dois caixões que simbolizavam o velório da prefeita Josi Nunes (União), do vereador Ivanilson Marinho (PL) e de demais parlamentares que votaram a favor dessa emenda. O ato denunciou a medida como uma interferência política e uma das mais graves da história da universidade.

Reunião Setor das Iees/Imes

Para reforçar as lutas locais e garantir ampla visibilidade, o Setor das Iees/Imes/Ides se reuniu nos dias 20 e 21 de abril na sede da Associação de Docentes da Universidade de Campinas (Adunicamp - Seção Sindical do ANDES-SN). Durante o encontro, foram debatidos temas importantes para a categoria e aprovadas propostas relacionadas à Campanha Salarial, à Semana de Lutas e ao Encontro Nacional.

Foram discutidas as resoluções aprovadas no 42º Congresso do ANDES-SN, realizado este ano em Fortaleza (CE), como a continuação da pesquisa sobre financiamento das Iees/Imes/Ides, incluindo elementos como o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) nos estados, a Lei Kandir, a desoneração fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O objetivo da pesquisa é fortalecer a luta das seções sindicais do Setor e contribuir nas mobilizações e negociações.

O XX Encontro Nacional do Setor das Iees/Imes/Ides já tem data confirmada e ocorrerá nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2024, no Rio de Janeiro, com a organização da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj-SSind). O tema central será "Autonomia e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital".

Também foi aprovado que o Sindicato Nacional mantenha e fortaleça a campanha "Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende!", com o objetivo de nacionalizar as lutas das seções

sindicais. O lançamento ocorrerá no dia 20 de maio, data de início da Semana de Lutas do Setor das Iees/Imes/Ides que se estenderá até o dia 24 de maio.

No dia 21 de maio, ocorrerão atos em diversas localidades, incluindo paralisações em algumas instituições, com foco na defesa das instituições estaduais, municipais e distrital de ensino. Além disso, haverá transmissão ao vivo das atividades, que incluirão debates sobre as realidades locais, como condições de trabalho, salário, carreira, financiamento e autonomia.

Já no dia 22 de maio, está prevista uma grande marcha da classe trabalhadora em Brasília (DF), como parte das atividades da Semana. A programação continua no dia 23, com novos atos em várias cidades do país e transmissão ao vivo das atividades. No dia 24 de maio, será divulgado o primeiro vídeo da Campanha, que abordará a criminalização das lutas.

Outros encaminhamentos

Na reunião, também foram aprovadas outras medidas, como a continuidade da aplicação da enquete nacional sobre adoecimento docente no Setor das Iees/Imes/Ides; e a construção de um protocolo de acolhimento, prevenção e combate aos assédios moral e sexual, e as diversas formas de violências.

O Setor encaminhará também uma circular às seções sindicais indagando sobre a existência de Lista Tríplice e o funcionamento dela. A medida é para garantir que o processo de escolha das Reitorias seja iniciado e concluído dentro das instituições.

No encontro, foram tratadas ainda as propostas de resolução para o 67º Conad, que será realizado em julho deste ano, em Belo Horizonte (MG), e as estratégias do Setor para a discussão de carreira, tema do Conad Extraordinário, a ser realizado em setembro.

"A reunião do Setor das Iees/Imes/Ides foi muito significativa tanto em relação à representatividade das seções sindicais quanto no aspecto da socialização das demandas. Condições dignas de trabalho, valorização salarial, carreira, concursos públicos, orçamento e autonomia universitária foram questões bastante discutidas. Queremos cada vez mais ampliar a mobilização do Setor, seguindo nossa tradição de ouvir a base, promover debates e construir a luta de forma unificada", avaliou Gisvaldo Oliveira, 3º tesoureiro do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Iees/Imes/Ides.

Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN e que também faz parte da coordenação do Setor das Iees/Imes/Ides do ANDES-SN, apontou a reunião como de extrema importância para atualizar os encaminhamentos do último Congresso, como a Campanha e a pesquisa sobre o financiamento das instituições.

"Realizamos um importante debate sobre a carreira das Universidades Estaduais com o objetivo de acumular informações para o Conad Extraordinário. Ainda, na reunião, discutimos sobre as possíveis atualizações dos Textos de Resolução que poderão ser apresentados pela diretoria no 67º Conad. Desses encaminhamentos, é digno de nota a Semana de Lutas na qual lançaremos a Campanha de mídia e o Encontro Nacional do Setor", avaliou.



Em greve, docentes federais rejeitam contra-proposta do governo e lutam contra reajuste zero em 2024



Em greve desde o dia 15 de abril, as e os docentes de universidades federais, institutos federais e Cefets rejeitaram a proposta do governo federal de 0% de reajuste em 2024. A decisão, unânime, foi tomada após rodada de assembleias realizada entre os dias 22 e 25 de abril. Até o fim de abril, 39 instituições públicas federais de ensino estavam em greve por tempo indeterminado.

Como resposta à greve da educação federal, o governo convocou a quarta rodada de negociação da Mesa Específica e Temporária da Educação envolvendo representantes do governo e entidades da educação para o dia 19 de abril. Na ocasião, para amenizar a proposta de reajuste zero deste ano, o governo apresentou, uma proposta de aumento no reajuste dos salários de 9% em 2025 e de 3,5% para 2026, mas reafirmou a proposta de 0% para 2024.

Na mesa, além de algumas diretoras e diretores do ANDES-SN, estavam presentes a direção do Sinasefe, o secretário de relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), José Lopes Feijó, e assessores do MGI e do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, a reivindicação da categoria é de um reajuste de 22,71%,

dividido em 3 parcelas iguais de 7,06%, nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026. Esse percentual repõe, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) encomendado pelo ANDES-SN, apenas perdas salariais acumuladas desde o governo ilegítimo de Michel Temer (desde 1º de setembro de 2016) até dezembro de 2023, acrescidas das projeções inflacionárias dos anos de 2024 e 2025.

Conforme o estudo, a inflação estimada no período de setembro de 2016 a dezembro de 2023 foi de 42,99%. Neste cenário, a proposta de reajuste zero em 2024 significa aprofundamento das perdas. Para piorar a situação, o reajuste de 9% em 2023 não repôs as perdas passadas e a proposta atual desconsidera a projeção de inflação para o período de 2023 a 2026.

Ainda na reunião com o governo foi mantida a proposta de reajuste dos benefícios: o auxílio-alimentação passaria de R\$ 658 para R\$ 1.000; a assistência pré-escolar, de R\$ 321 para R\$ 484,90; e o valor per capita da saúde suplementar, dependendo do escalonamento, pode ser reajustado em 51%. Com isso, ao oferecer apenas o reajuste dos benefícios, o governo continua prejudicando,

especialmente, aposentados e aposentadas que não são contemplados por todos os benefícios.

Antes mesmo das repostas das assembleias realizadas pelas seções sindicais, no dia 25 de abril, o governo convidou as entidades da Educação, entre elas o ANDES-SN, para participar do ato de assinatura do termo de compromisso nº 01/2024. O documento refere-se à proposta discutida no dia 10 de abril, na Mesa Central, e complementada com a proposta apresentada pelo governo no dia 19 de abril, na Mesa de Carreira. O governo já havia sido informado pelo Sindicato Nacional que a resposta da categoria docente seria dada no dia 26 de abril, após a realização da rodada de assembleias das seções sindicais..

“Esse processo de mobilização tem efetivamente levado o governo a se movimentar e perceber a força do movimento, que contou com um grande engajamento da categoria. Avaliamos que, na própria proposta realizada no dia 19 de abril, já houve um recuo por parte do governo no sentido de apresentar uma contra-proposta que, embora não atendesse plenamente, representou um avanço em relação às propostas anteriores”, afirmou Herrmann Muller, integrante

do Comando Nacional Greve (CNG) e da base da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (Apufpr SSind).

O CNG foi instalado no dia 15 de abril na sede do Sindicato Nacional em Brasília (DF). A instância, composta pela diretoria do ANDES-SN e representações de Comandos Locais de Greve, é responsável por coordenar politicamente e deliberar sobre a greve docente federal, tomando como referência as decisões das assembleias de base.

Mobilizações

Para pressionar o governo, as e os docentes das universidades, institutos federais e Cefets participaram da Jornada de Luta “0% de reajuste não dá!”, convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), para os dias 16, 17 e 18 de abril.

No primeiro dia de mobilização ocorreu a audiência pública para debater as mobilizações e a greve das e dos docentes e das servidoras e dos servidores técnico-administrativos. O Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, instalado no dia 15, se somou à atividade, em defesa da educação pública de qualidade e contra o reajuste salarial zero em 2024.

No dia 17, a Esplanada dos Ministérios foi o cenário de uma grande manifestação por direitos, que reuniu milhares de servidoras e servidores públicos federais vindos de todo o país, juntamente com estudantes e movimentos sociais, que marcharam da Catedral até o bloco K do MGI para protestar contra o reajuste zero.

Já no dia 18, as categorias do funcionalismo público realizaram suas atividades de mobilização específicas pela reestruturação das carreiras das servidoras e dos servidores. Centenas

de professoras, professores, técnicas e técnicos de universidades, institutos federais e Cefets se reuniram para o ato “Café da manhã com o presidente Lula”, em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República, em Brasília. As entidades foram recebidas pelo assessor da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais da Presidência da República, Wladimir Martines, no Palácio do Planalto, local de trabalho do presidente. Foi reiterada a importância de obter uma audiência com o presidente Lula para discutir as reivindicações. O assessor se comprometeu a agendar um encontro com o presidente para que ele possa receber as servidoras e os servidores. No dia 26 de abril, as e os manifestantes retornaram ao Palácio da Alvorada para mais um ato.

Para Maria Ceci Misoczky, 2ª vice-presidenta da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Ifes, apenas com a mobilização e a unidade será possível uma vitória. “A deliberação do 42º Congresso de aprovar a construção da greve neste primeiro semestre foi expressão da sensibilidade das bases sobre a potencialidade dessa construção apesar de uma aparente desmobilização. A resposta a essa deliberação foi imediata por parte de várias assembleias e esse processo vem, desde então, crescendo e se expandindo, inclusive para além das bases do ANDES-SN. Essa é uma evidência da capacidade de luta das e dos docentes em conjunto com TAEs em defesa da educação, com ênfase para a necessidade de recomposição do orçamento das instituições federais de ensino”, disse.

O integrante do CNG, Herrmann Muller, afirmou a necessidade de fortalecer cada vez mais o movimento

grevista, ampliando o diálogo com a base. “A greve é a nossa forma de manifestar e dizer que a universidade não é uma instituição com pouco peso na sociedade, ela tem que ser ouvida em todas as suas demandas”, disse.

Reivindicações

Além do reajuste de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026, as e os docentes exigem a revogação da Instrução Normativa (IN) 66/22, criada na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que limita promoções e progressões funcionais de docentes.

O governo propôs garantir um prazo de até 6 meses para pedidos de progressão/promoção sem perder a retroatividade, respeitando os critérios estabelecidos em cada instituição. No entanto, o governo não assegurou o reconhecimento do tempo trabalhado entre a implementação da Instrução até a revogação da IN 66/22.

No que diz respeito a progressões e promoções, a categoria reivindica um step de 5%, que representa a diferença salarial recebida pela e pelo docente cada vez que progride na carreira. O governo apresentou o percentual de 4,5%.

Outro ponto de pauta defendido pela categoria diz respeito à Portaria 983/2020, que estabelece um aumento da carga horária mínima a ser cumprida pelas e pelos docentes e institui obrigatoriamente o controle de frequência por meio do ponto eletrônico. O governo se comprometeu com o fim do ponto eletrônico para docentes da carreira EBTT, entretanto, sem revogar a Portaria.

A pauta ainda inclui o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da contrarreforma Administrativa. Além disso, há a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal, que limita o crescimento anual das despesas da União e cria um novo Teto de Gastos, bem como a política tributária que mantém impostos regressivos e favorece o grande Capital em detrimento da classe trabalhadora.



60 anos do golpe: ANDES-SN reafirma luta por memória, verdade, justiça e reparação

Seminário Nacional 60 anos do Golpe de 1964:

Memória, Verdade, Justiça e Reparação

13 a 15 de junho (2024)
Porto Alegre (RS)



Há 60 anos, iniciava-se o período mais violento da história recente brasileira. Entre os dias 31 de março e 1 de abril, militares tomaram o poder, em um golpe empresarial-militar que instalou uma ditadura que durou 21 anos. Embora a partir de 1985 o país tenha iniciado o processo de redemocratização, até hoje resquícios do autoritarismo, das desigualdades e da violência do Estado contra parcela da população ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

Alguns desses legados ficaram mais evidentes durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, o qual, diversas vezes, atacou a liberdade de cátedra e a autonomia universitária, perseguiu docentes e atentou contra a imprensa e outras categorias profissionais. Infelizmente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um grande equívoco, optou por não avançar no enfrentamento às forças reacionárias e orientou o veto a ministérios do seu governo de realizar ações que rememorassem os 60 anos do golpe empresarial-militar.

Além disso, ainda não autorizou a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, desfeita na gestão de Bolsonaro, e engavetou a criação do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, anunciada em setembro de 2023, pelo então ministro da Justiça, Flávio Dino. O anúncio aconteceu no Chile, quando eventos e manifestações marcavam os 50 anos do golpe militar naquele país, encabeçado por Pinochet contra o governo de Allende.

Nas datas que marcaram os 60 anos, e ao longo de todo o ano, diversos movimentos sociais e sindicais em todo o país realizam manifestações, debates, aulas públicas, exposições de filmes, panfletagens e outras atividades artístico-culturais para ressaltar a importância da luta por verdade, memória, justiça e reparação.

Alguns dos impactos da ditadura na Educação

Oficialmente, o regime militar no Brasil assassinou 434 não indígenas e 8.350 indígenas, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. No entanto, há razões para acreditar que esse número seja bem maior, devido à dificuldade em se avançar em processos de resgate da memória e verdade sobre tudo o que se passou no período.

Durante a ditadura, dentro de universidades, foram instalados sistemas de espionagem contra docentes, estudantes e servidores/as técnico-administrativos/as. Essa vigilância resultou em prisões, mortes, desaparecimentos, privação de trabalho, proibição de matrículas e interrupção de pesquisas acadêmicas.

Dos 434 mortos e desaparecidos, 106 eram estudantes universitários, 12 docentes e 1 técnico administrativo, conforme o levantamento que foi publicado em relatório da Comissão da Verdade do ANDES-SN, publicado em 2020.

Além da violência contra a comunidade acadêmica, que expressasse qualquer crítica ao regime, o governo militar também

se empenhou em transformar os processos educacionais do país. O projeto, resultado de acordos entre o Ministério da Educação com a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional, conhecidos como MEC-USAID, atacava todos os níveis da educação.

Entre as propostas adotadas, estavam a diminuição de carga horária de matérias de ciências humanas, a obrigatoriedade do ensino de inglês como segundo idioma, o foco na formação técnica para servir às transformações do mercado de trabalho, a priorização das ciências naturais e exatas nas universidades, bem como incentivo à privatização do ensino superior. Medidas muito semelhantes ao que vigora até hoje, algumas reforçadas pela reforma do Ensino Médio, aprovada no governo Temer.

“Nós temos muitos resquícios tanto de caráter simbólico quanto de caráter concreto da ditadura em nossas universidades. Esse primeiro, temos a designação de apoiadores da ditadura, reitores e interventores prepostos do

Acesse Relatório da Comissão da Verdade do ANDES-SN:



regime ditatorial com nomes de salas, auditórios, campus, espaços universitários, e também na forma de concessão de títulos *honoris causas*. Isso é extremamente grave, no sentido de perpetuar uma memória e homenagem daqueles que cometeram crimes da ditadura”, explica o 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, Gilberto Calil.

O diretor do Sindicato Nacional, que é também da coordenação do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) do ANDES-SN, destaca que, através das Comissões da Verdade e dos grupos de História do Movimento Docente nas universidades, a comunidade acadêmica tem garantido uma série de vitórias, por exemplo, com a reversão de títulos *honoris causa* e com a mudança de nomes de locais universitários. “Podemos citar, no processo recente, a Unicamp, a Universidade Federal do Acre, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal do Paraná, as duas últimas neste ano ainda, que tiveram através dos seus conselhos universitários políticas de revisão de homenagens a ditadores”, pontua.

O segundo elemento, de caráter concreto, tem relação com continuidades na forma de funcionamento das universidades, seja em códigos disciplinares, seja na manutenção de elementos de uma estruturação pouco democrática dos conselhos. “São a expressão do fato de que a intervenção da ditadura não é

automaticamente revertida com o processo de transição, e é necessária uma luta interna para a efetiva democratização, que é travada também em cada uma das universidades”, acrescenta Calil.

Para marcar os 60 anos do golpe

Para fortalecer o debate sobre o impacto dos 21 anos de ditadura no Brasil, o GTHMD e a Comissão da Verdade do ANDES-SN realizarão, em junho deste ano, o seminário “60 anos do Golpe de Estado de 1964 - Memória, Verdade, Justiça e Reparação”. Em parceria com o Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical, também organizarão um módulo do Curso Nacional de Formação Sindical, marcando as seis décadas da ditadura empresarial-militar no país, no primeiro semestre de 2024.

O 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN ressalta que a realização do seminário tem uma enorme importância para o Sindicato Nacional, uma vez que a entidade se constituiu no contexto da luta contra a ditadura e que, sistemática e permanentemente, lutou e ainda luta contra todos os elementos do que pode ser chamado de legado autoritário e de permanências da ditadura na sociedade atual.

O diretor conta que a proposta aprovada pelo 42º Congresso já traz a indicação de quatro temáticas, que são fundamentais para o ANDES-SN e sua Comissão da Verdade. “O seminário deve abarcar a

relação passado-presente e, com isso, entender não só as permanências, mas como eventos, tipo a tentativa golpista de 8 de janeiro, são um produto direto da não punição dos militares e dos civis apoiadores da ditadura e perpetuadores de crimes de lesa-humanidade. Deve abordar, ainda, as lutas por memória, verdade, justiça e reparação na América Latina, inclusive de forma a buscar inspiração em processos onde isso se deu de forma efetiva”, comenta.

O terceiro eixo aprovado é o da cumplicidade empresarial. O ANDES-SN, já desde o momento da constituição da sua Comissão da Verdade, vem tratando a ditadura como empresarial-militar. Segundo Calil, isso é imprescindível porque, tão importante quanto reconhecer as práticas sistemáticas de violência e terror, é compreender que elas estão a serviço de uma classe dominante e de um processo de reconfiguração do capitalismo brasileiro, de forma mais excludente, mais dependente, mais concentrada.

Por último, o seminário irá abordar também a repressão às populações pobres, negras, periféricas, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+, entre outras. “Essa é uma temática que também vem avançando muito nas pesquisas que mostram, inclusive, que o perfil das vítimas da ditadura é muito mais amplo, heterogêneo e diversificado do que se costuma pensar, numa visão mais estereotipada comumente difundida”, observa.

Comissão da Verdade do ANDES-SN

Em 2013, o ANDES-SN instalou sua Comissão da Verdade, que realizou diversos levantamentos sobre os impactos da ditadura empresarial-militar nas universidades e os resquícios deixados pelo regime. O resultado de parte do trabalho já desenvolvido pela comissão pode ser acessado no Caderno 27 do ANDES-SN.

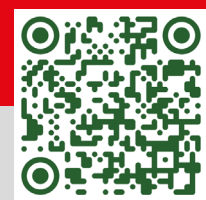
Luis Blume, um dos integrantes da Comissão eleita no 66º Conad em Campina Grande (PB) ano passado, destaca que as deliberações aprovadas pelo 42º Congresso foram encaminhadas pela Comissão. Além do seminário e do curso de formação sindical abordando os 60 anos do golpe, o docente ressalta a de reivindicar também, do governo federal, a criação de um lugar de memória.

“É muito importante a gente reforçar isso, especialmente por conta da declaração de Lula sobre ‘não remoer o passado’ e da censura aos órgãos do governo de fazerem qualquer menção aos 60 anos da ditadura empresarial-militar, frustrando uma série de movimentos sociais, movimentos humanos e famílias, que estavam esperando que, nessa efeméride, tivéssemos a retomada da discussão sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e que, finalmente, a questão da justiça de transição fosse colocada”, explica Blume.

Ele critica também a não retomada da Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta nos últimos dias do governo Bolsonaro. “Isso é um ato apenas governamental, para que se possa dar continuidade aos trabalhos da comissão, às oitivas, à investigação sobre os desaparecidos políticos”, observa.

O docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) ressalta que o Sindicato Nacional irá cobrar do governo a retomada da Comissão de Mortos e Desaparecidos e que seja revista a posição de não discutir as questões de memória. “Nós, enquanto sociedade civil, enquanto movimento social, enquanto sindicato, nós não vamos deixar de fazer isso”, afirma.

Acesse o Caderno 27
do ANDES-SN:



Milícias são herança da ditadura empresarial-militar no Brasil



Os grupos milicianos do Rio já controlam 57% do território da capital fluminense, segundo estudo Mapa dos Grupos Armados. Foto: Fernando Frazão/AgBr

Dentre as tantas “heranças” da ditadura empresarial-militar brasileira, que se fazem presente em nossa sociedade atual, uma das mais violentas é a formação das milícias. “A ditadura construiu isso”, afirmou o professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), José Cláudio Souza Alves, em entrevista ao ICL Notícias divulgada pelo Brasil de Fato.

O sociólogo se dedica a entender o surgimento e o crescimento das milícias brasileiras há mais de 30 anos. Conforme o pesquisador, autor do livro “Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense”, as milícias nasceram a partir dos grupos de extermínio da ditadura militar, criados para perseguir políticos que se opunham ao regime.

No entanto, segundo José Cláudio, logo os militares se deram conta do potencial de lucro e de poder que conquistariam controlando os territórios. Com isso, a atuação organizada desses grupos armados se espalhou e dominou diversas áreas, em especial no Rio de Janeiro. As milícias no Rio estão, por exemplo, diretamente relacionadas à disputa fundiária e à expansão nos territórios fluminenses.

“O que eu estudo aqui na Baixada Fluminense são os grupos de extermínio que começam a se desenvolver após 1967, quando dão as características da PM como

auxiliar, repressiva, cooperando com o regime militar, daí eles dão o salto. Eles deixaram de visar somente uma estrutura política de oposição e resolveram controlar territórios mesmo, em uma estratégia de eliminação sumária”, explica o docente.

As informações divulgadas, até o momento, sobre o inquérito policial que investiga a morte da vereadora do PSol carioca, Marielle Franco, indicam que a motivação do assassinato da parlamentar se deu por conta de conflitos que envolviam a exploração imobiliária em área controlada pela milícia.

“Esse é um projeto que deu certo, funciona, é secular desde que o Brasil é Brasil. Você montou essa estrutura de poder, só que ela tem agora características nossas, próprias. Acho que a partir do golpe de 64, ou seja, há 60 anos, se montou essa estrutura e ela vem evoluindo, ela vem avançando. O caso Marielle é uma espécie de umbral. Ele abre uma porta, uma janela, e te diz: olha esse negócio funciona, esse negócio dá certo. Aí não deu certo para os Brazão, o Rivaldo, porque houve uma determinação política que conseguiu revelar a estrutura toda”, destaca o professor da UFRRJ ao ICL Notícias.

De acordo com o pesquisador, essa é uma estrutura dominante em todo o Brasil, e não só no Rio de Janeiro. “Ela é a grande estrutura. Você tem, no caso do Brasil, terras para um monte de serviços urbanos. Você vai fazer uma

urbanização miliciana. O tráfico é uma estrutura mais frágil. Normalmente são mortos e presos e vão se articular com a estrutura miliciana. São grupos armados que ficam por muito tempo no território, que vão gerar estruturas de poder muito eficientes, totalitárias, e você não consegue escapar dessa estrutura. Dá grana pra muita gente. E se fosse só grana... É grana e voto”, explica.

“A estrutura de segurança pública é toda permeada por esse interesse de grupos armados. O estado vai negociar o monopólio da violência e a sua soberania a partir desses grupos armados e com isso se constrói o que muitos vão chamar de governança criminal. Você começa a estabelecer um conjunto de ações que vão controlar aquelas populações a partir do crime. Se um grupo armado fica 30 anos em um determinado lugar, como é o caso em vários lugares aqui da Baixada, esquece. São eles que vão controlar tudo ali. Vão dar status, poder, resolução de conflitos, vão dar grana, vão dar voto. Eles passam a gerenciar aquele território. Os Brazão são isso”, acrescenta, em outro trecho entrevista.

O professor da UFRRJ ressalta que, para além da violência armada, há dimensões estruturais nas quais as milícias estão inseridas e que são até mais difíceis de serem apontadas e combatidas. “Há estruturas que passam por legalizações dentro da estrutura das prefeituras, do governo de estado, prestadores de serviços, organizações sociais, na área da saúde... Por exemplo: você quer fazer uma obra em uma prefeitura. Você abre licitação como a legislação exige. Aí tem lá o primeiro, o segundo, o terceiro colocado. O primeiro vai tentar assumir, mas o quarto vai e diz que ele é quem manda naquela região. O cara tenta ir pra lá fazer a obra e percebe que não vai conseguir. É ameaçado, não tem gente pra trabalhar pra ele, sofre acidentes que não são acidentes... O segundo também etc. e o quarto vai assumir. Isso já me foi relatado várias vezes aqui na Baixada. É uma estratégia “legal”, aparentemente legal. Ninguém vai denunciar”, afirma na entrevista ao ICL Notícias.

Após 6 anos e dez dias, PF prende suspeitos de mandar matar Marielle Franco

Após seis anos e dez dias do brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes na cidade do Rio de Janeiro, no dia 24 de março foram detidos os apontados como mandantes do crime, que ganhou repercussão não só no Brasil, mas também no resto do mundo. Os irmãos Domingos Brazão e Chiquinho Brazão, juntamente com o delegado e ex-chefe da Polícia Civil do RJ, Rivaldo Barbosa, foram presos sob a acusação de planejar o crime e obstruir as investigações, respectivamente.

As detenções são resultado da Operação Murder Inc, conduzida pela Polícia Federal (PF) em colaboração com a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público do Rio de Janeiro. Desde 2023, a investigação iniciada pela polícia do Rio de Janeiro estava sob responsabilidade da PF.

Domingos Brazão atualmente ocupa o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), enquanto Chiquinho Brazão é deputado federal pelo União Brasil do Rio de Janeiro. Este último apoiou a eleição de Jair Bolsonaro (PL) e também recebeu um passaporte diplomático durante o governo do ex-presidente.

Por sua vez, Rivaldo, além de delegado, é professor de Direito e foi apontado pela Polícia Federal como mentor dos assassinatos. Ele tomou posse em 13 de março de 2018, um dia antes da execução da vereadora, que foi a quinta mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016.

Motivação para o crime

A vereadora, nascida e criada na favela da Maré (RJ), tinha uma atuação pautada na defesa dos direitos da população negra e pobre, além de denunciar a violência e exploração contra essa população.

O relatório final do inquérito da Polícia Federal (PF) sobre os assassinatos da vereadora e de seu motorista revela que o estopim para o crime teria sido a votação contrária de Marielle, e da bancada do PSol, a um projeto de regularização fundiária de Chiquinho Brazão, em 2017, quando ele ainda era vereador e colega da vítima na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Segundo a PF, o projeto beneficiaria áreas controladas por milícias.

O relatório da Polícia Federal destaca que a invasão e “grilagem” de terras são atividades intrínsecas “à atuação das milícias em geral”. O inquérito também aponta que a Família Brazão mantém uma interação com grupos paramilitares, especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, nos bairros de Jacarepaguá, Tanque, Gardênia Azul, Rio das Pedras, Osvaldo Cruz e arredores.

O crime

No dia 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista Anderson foram assassinados em uma emboscada no centro do Rio quando voltavam de uma agenda do mandato à noite. Fernanda Chaves, ex-assessora de Marielle Franco, foi a única sobrevivente do atentado.

Nesses anos, o caso esteve sob a responsabilidade de cinco delegados da Divisão de Homicídios do Rio, e nenhum deles solucionou o crime. Em 2019, a polícia prendeu o ex-policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-PM Élcio de Queiroz. Em julho de 2023, Queiroz, que dirigia o carro usado no crime, deu detalhes da execução. Já no final do ano passado foi a vez de Ronnie Lessa, apontado como autor dos disparos, delatar o conselheiro do TCE-RJ, Domingos Brazão, como um dos mandantes.

Outro suspeito de envolvimento preso é o ex-bombeiro Maxwell Simões Correia, conhecido como Suel. Seria dele a responsabilidade de entregar o Cobalt usado por Lessa para desmanche. Segundo as investigações, todos os citados teriam envolvimento com milícias.

No fim de fevereiro deste ano, a polícia prendeu Edilson Barbosa dos Santos, conhecido como Orelha. Ele é o dono do ferro-velho acusado de fazer o desmanche e o descarte do veículo usado no assassinato. O homem já havia sido denunciado pelo Ministério Público em agosto de 2023 e é acusado de impedir e atrapalhar investigações.

* Com informações da EBC e Brasil de Fato



Revolução dos Cravos completa 50 anos em meio a ascenso da extrema direita em Portugal



Foto: Esquerda.net

25 de abril de 1974. Um grupo de militares e o povo português derrubam o governo fascista e tomam o poder, reestabelecendo a democracia no país. O cravo, distribuído nas ruas entre as e os insurgentes, virou símbolo e nome da revolução, e a canção “Grândola, Vila Morena”, de Zeca Afonso, música de disparo, hino da resistência à ditadura. Hoje, cinquenta anos depois, Portugal celebra a data, mas enfrenta o ascenso da extrema direita no país.

Em eleições realizadas no último mês de março, o Chega, partido da extrema direita portuguesa, se consolidou como a terceira força do Parlamento português. A legenda ficou atrás apenas da Aliança Democrática, formada por partidos de centro direita, que venceu as eleições parlamentares, e do Partido Socialista.

“Lembrar do 25 de Abril é não só ter em conta o meio século da última revolução social experimentada no continente europeu, mas também lembrar que sua alavanca – aos sabores do debate traçado por Marx acerca da luta pela emancipação irlandesa do jugo britânico – veio também da guerra de libertação dos povos em África. Se a luta sindical, o MFA, a pujança de uma geração revolucionária de artistas e militantes forjou o 25 de Abril desde o contexto ibérico, foi a luta da FRELIMO, em Moçambique, do MPLA em Angola, do PAIGC em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Amílcar Cabral, Samora Machel e Eduardo Mondlane foram artífices não só da libertação colonial em África, mas também

do próprio povo português achacado pelo fascismo”, afirma Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN.

Derrubada do Salazarismo

Em 1974, Portugal vivia há 41 anos uma violenta ditadura. Chamado de Estado Novo, o regime fascista teve início com golpe de António de Oliveira Salazar, que governou o país até 1968, quando passou o poder ao seu herdeiro político, Marcello Caetano.

Durante o regime salazarista, partidos e movimentos políticos eram proibidos, e diversas lideranças de oposição estavam presas ou exiladas. Além disso, a imagem das forças de segurança do país já se encontrava bastante desgastada, principalmente pela “guerra no ultramar”, que reprimia os movimentos de libertação das colônias que Portugal ainda mantinha na África.

Alguns militares, que atuaram nas guerras coloniais africanas, haviam iniciado, em 1973, uma luta corporativista por maior prestígio para as forças armadas. No entanto, o Movimento das Forças Armadas (MFA) cresceu e se politizou, além de ganhar uma massiva adesão popular.

No dia 25 de abril de 1974, tomou lugar um rápido, organizado e quase pacífico golpe que derrubou o governo e organizou, dois anos mais tarde, eleições legislativas e uma nova constituição. Durante esses anos houve fortes mobilizações populares, que buscaram maiores direitos sociais, várias ocupações urbanas e iniciaram-se processos de nacionalização. A nova Constituição portuguesa, marcada por essas lutas, carregou

um forte viés socialdemocrata e deu origem ao Estado Social no país.

Imediatamente após a Revolução dos Cravos, as nações que ainda eram colônias portuguesas passaram a ter reconhecidas suas independências: a de Guiné-Bissau poucos meses depois do levante, em setembro de 1974; a de Moçambique, em junho de 1975; a de Angola, reconhecida em novembro de 1975, em que pese auto-proclamados em momento ainda anterior à revolução. Após os 40 primeiros anos de democracia, o número de militares em Portugal diminuiu 85%. Desde 2019, eles são menos de 35 mil.

Porém, como em quase todo o mundo, com o acirramento das crises do Capital e implementação do neoliberalismo, o Estado de Bem-estar Social foi, aos poucos, sendo desmontado. A classe trabalhadora portuguesa, mesmo com resistência, foi perdendo direitos sociais. E, em 2024, Portugal se diante do ressurgimento de grupos de extrema direita e amplificação de posturas de caráter fascistas como discursos xenófobos e anti-imigração, ataques a direitos reprodutivos e das populações LGBTQIAP+.

“O ascenso da extrema direita em Portugal, alçada à condição de força política de relevo na contemporaneidade, traz não só preocupações quanto a sobrevivência em escala internacional do neofascismo, como também lições do quanto a perspectiva de conciliação de classes e a carência de medidas estruturais mais significativas para enfrentamento das políticas de austeridade. A agenda desde 2015 implementada pela “Geringonça” - coalizão de governo encabeçada pelo PS, mas também composta pelo Bloco de Esquerda, PCP e Verdes – não só mostrou sua falência, mas insuficiência em um contexto que, aos sopros de uma “geração à rasca”, reclamava rupturas profundas com as políticas do capital. A timidez dos avanços sociais foi por certo um dos elementos que proporcionou que o “fascismo dos bons homens” - como nominou Valter Hugo Mãe em A máquina de fazer espanhóis esse posicionamento que seguia um tanto escondido e calado desde a Revolução dos Cravos – tomar outros contornos mais públicos e ostensivos, senão orgulhosos”, afirma Seferian.

*Com informações do *Esquerda.net* e *Brasil de Fato*